

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ISABELA LAGIOTO HESPANHOL SIMÕES

**O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO A
PARTIR DA PRODUÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO**

**JUIZ DE FORA
2025**

ISABELA LAGIOTO HESPANHOL SIMÕES

**O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO A
PARTIR DA PRODUÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Serviço
Social, na Universidade Federal de Juiz de
Fora, para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isaura Gomes de Carvalho Aquino

**JUIZ DE FORA
2025**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Simões, Isabela Lagioto Hespanhol.

: O Serviço Social na História: um estudo introdutório a partir da produção crítica do Serviço Social / Isabela Lagioto Hespanhol Simões. -- 2025.

56 p.

Orientadora: Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Relações Sociais . 4. História. I. Aquino, Isaura Gomes de Carvalho, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Isabela Lagioto Hespanhol Simões
Matrícula Discente	202019009
Título do TCC	O Serviço Social na História: um estudo introdutório a partir da produção crítica do Serviço Social.
Natureza do trabalho	TCC
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	20/03/2025
Nome, titulação d[REDACTED]s(as) componentes da banca	Doutora Isaura Gomes de Carvalho Aquino; Doutora Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra Eiras; Doutora Carina Berta Moljo.

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 07 de março de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2280125** e o código CRC **95EB6DE6**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O Serviço Social na história à luz das obras de Marilda Iamamoto, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL pelo(a) discente Isabela Lagioto Hespanhol Simões (matrícula 202019009), sob orientação da Prof.^(a) Dr^(a) e coorientação da Prof. ^{a)} Dr^(a)Isaura Gomes de Carvalho Aquino, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2025, às 11 horas, na sala 9 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Isaura Gomes de Carvalho Aquino	Orientadora
Dra	Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras	Membro da banca
Dra	Carina Berta Moljo	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 95

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

A banca fez recomendações gerais de pequenas revisões. Entre elas, a alteração do título para: O Serviço Social na História: um estudo introdutório a partir da produção crítica do Serviço Social.

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 07 de março de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 21/03/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Berta Moljo, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Lagiotto Hespanhol Simões, Usuário Externo**, em 25/03/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2280120** e o código CRC **D486B956**.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos meus pais, Nanci e Sebastião, por nunca medirem esforços por mim e pelo meu irmão. O apoio e o amor incondicional deles foi certamente o que me fez chegar até aqui.

Agradeço ao meu irmão, Eduardo, por estar, à sua maneira, sempre presente.

Às minhas melhores amigas de infância, Bia, Duda, Eliza e Isabella, por todas as conversas e conselhos, vocês também foram fundamentais para essa jornada.

À minha tia, Sueli, que preencheu nosso coração durante toda a sua vida, ainda que com a sua partida precoce tenha deixado um vazio.

À minha orientadora, Isaura, por todo o brilhantismo, incentivo e inspiração.

À prof.^a Carina Moljo e à prof.^a Alexandra Eiras por comporem a banca e por serem referência durante a minha graduação.

Por fim, agradeço novamente à minha mãe, e, agora, colega de profissão. Me espelho em você em todos os aspectos da vida, mas, principalmente, na sua sabedoria e na sua ética. Obrigada por tudo e por tanto.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso possui como objetivo analisar o Serviço Social na história através das produções críticas do Serviço Social e, para este fim, utilizou-se de uma revisão bibliográfica. Inicialmente, com base na obra da autora Marilda Iamamoto em parceria com Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (1982), buscou-se apreender o Serviço Social inserido na produção e na reprodução das relações sociais, valendo-se do materialismo histórico-crítico, para que, nos momentos posteriores, pudéssemos adentrar na gênese da profissão e nos desafios contemporâneos que estão postos para o Serviço Social, analisado na perspectiva de Netto (1991). Como conclusão, observou-se uma clara relação entre o passado e o presente da profissão. Ao analisar a forma como os acontecimentos históricos, contextualizados, impactaram o Serviço Social, percebe-se a importância da realização de um resgate histórico para a valorização e para a continuidade da hegemonia do Projeto Ético-político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Relações Sociais; História; Trabalho.

ABSTRACT

This Final Course Work aims to analyze Social Work in history through critical productions of Social Work and, for this purpose, a bibliographic review was used. Initially, based on the work of the author Marilda Iamamoto in partnership with Raul de Carvalho, "Social Relations and Social Service in Brazil" (1982), we sought to understand Social Work inserted in the production and reproduction of social relations, using historical-critical materialism, so that, in later moments, we could delve into the genesis of the profession and the contemporary challenges that are posed to Social Work, analyzed from the perspective of Netto (1991). In conclusion, a clear relationship was observed between the past and the present of the profession. By analyzing the way in which historical events, contextualized, impacted Social Work, we perceive the importance of carrying out a historical rescue for the valorization and for the continuity of the hegemony of the Ethical-political Project of the profession.

Keywords: Social Service; Social Relations; History; Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - O Serviço Social inserido na produção e na reprodução das relações sociais.....	11
CAPÍTULO 2 – o Serviço Social: da gênese à Renovação	20
2.1- A gênese do Serviço Social	20
2.2- O processo de renovação do Serviço Social	23
2.3 - O movimento de reconceituação	32
2.4 - A aproximação do Serviço Social com a teoria marxista	34
CAPÍTULO 3 - O Serviço Social na História: Reflexos de Mudanças Sociais e Políticas.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tese sustentada por Iamamoto e Carvalho desde 1982, desempenha um papel fundamental na compreensão e na atuação sobre as expressões da questão social. A profissão, historicamente vinculada à dinâmica do capitalismo, surge em resposta às desigualdades e contradições oriundas do avanço do modo de produção capitalista. Como afirma Iamamoto (2021), “A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a questão social” (p. 170). Dessa forma, parte-se da hipótese que compreender o Serviço Social na história é essencial para refletir sobre os desafios e possibilidades da profissão na atualidade, e, para isso, será necessário colocar a história como protagonista dessa pesquisa através de uma revisão bibliográfica da produção crítica do Serviço Social.

Inicialmente, é feita a discussão acerca da importância de se compreender o Serviço Social no centro das relações de produção e reprodução social. Para tanto, o materialismo histórico-dialético, proposto por Karl Marx, se apresenta como um referencial metodológico fundamental para essa análise. Esse método permite que o Serviço Social seja compreendido não como um campo neutro e desprovido de determinações históricas, mas sim como uma profissão intrinsecamente ligada à luta de classes e à dinâmica social. Diante desse contexto, este trabalho busca analisar a inserção do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais, com base nas contribuições teóricas de Marx, que defendem que “A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital”(Marx, 2013, p. 789), e nos estudos desenvolvidos por Marilda Villela Iamamoto, visando demonstrar como o Serviço Social se constitui enquanto profissão que transita na contradição entre a manutenção da ordem social vigente e a possibilidade de transformação social.

Ainda sobre a gênese da profissão, tem-se que essa está diretamente relacionada às transformações sociais ocorridas ao longo da história, principalmente no período do capitalismo concorrencial, quando as condições de vida da classe trabalhadora se agravaram significativamente. Nesse contexto, surgiram iniciativas

de assistência e filantropia promovidas por grupos religiosos e setores da burguesia, com o objetivo de amenizar os efeitos da pobreza e evitar conflitos sociais. No entanto, foi somente no período da autocracia burguesa que o Serviço Social se consolidou como uma profissão regulamentada e estruturada, passando a ser integrado às políticas sociais do Estado.

Com o avanço da pesquisa, pode-se perceber que no Brasil, o processo de profissionalização do Serviço Social está inserido em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais e por uma intensa luta de classes. A partir da década de 1960, com o avanço dos debates teóricos e da influência marxista, iniciou-se um processo de ruptura com a perspectiva tradicional e conservadora, dando origem à renovação do Serviço Social brasileiro.

Conforme Netto (1991), a renovação do Serviço Social, impulsionada pelos movimentos sociais e pela crítica ao conservadorismo da profissão, contou com três principais direções que serão melhor descritas ao longo do trabalho: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Sendo que esta última resultou na construção de um novo projeto profissional ancorado em fontes marxistas como é o caso do método BH, bem como na inauguração do recurso à fonte do pensamento social de Marx, a partir de Yamamoto (1982). resultou na construção de um novo projeto profissional. Concomitante a esse processo, ocorria em nível de América Latina o movimento de reconceituação, que, nos dizeres de Yazbek (2009)

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (p. 6).

Esse movimento foi consolidado na década de 1980, com a aproximação do Serviço Social à fonte do pensamento de Marx e com a ampliação dos debates acadêmicos sobre a profissão. Dessa forma, o Serviço Social passou a ser

compreendido como uma profissão vinculada à luta de classes sociais e comprometida com a emancipação social e política da classe trabalhadora.

Em um momento seguinte, discute-se a presença do Estado e as políticas sociais como aspectos fundamentais para a atuação do assistente social. O Estado, como aparelho de dominação de classe, desempenha um papel que visa a hegemonia burguesa, ora promovendo políticas que visam garantir direitos sociais para manter os trabalhadores dentro da lógica capitalista, ora sucateando essas mesmas políticas objetivando a maximização dos lucros. Vale ressaltar que na visão de Yamamoto (1982), o Estado é compreendido como responsável por articular os interesses de classes e, o serviço social, como o mediador necessário para isso. Assim, a/o assistente social se depara com desafios significativos para o exercício profissional, pois, ao mesmo tempo em que busca garantir direitos e ampliar o acesso às políticas sociais, também precisa lidar com as limitações impostas pelo próprio Estado e pela dinâmica do capitalismo. Para Yazbek (2009)

Assim, a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado / Sociedade (p. 15).

Ainda sobre essa perspectiva, com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, novas demandas e desafios surgiram para a profissão. As reformas neoliberais promoveram a redução do papel do Estado na oferta de serviços públicos, intensificando a precarização do trabalho e a mercantilização dos direitos sociais. Esse cenário impactou diretamente a atuação dos assistentes sociais, exigindo uma resposta crítica e articulada da categoria profissional frente às políticas de ajuste fiscal e à retirada de direitos, o que é confirmado por Yazbek (2009)

Inicialmente, não podemos esquecer que, nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, os anos 80 e 90 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social. Nestes anos, em que as políticas sociais vêm sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado (apesar da Constituição de 1988), novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista

de sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos (p. 15).

Por fim, tem-se que compreender o papel do Serviço Social na sociedade capitalista é fundamental para o fortalecimento da profissão e para a construção de um exercício profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Assim, este trabalho busca, através de um resgate histórico pelas lentes de uma autora que possui um legado intelectual fundamental na virada da profissão, contribuir para o debate sobre os desafios e potencialidades do Serviço Social, reforçando a importância da história, da crítica social e da atuação de assistentes sociais na defesa dos direitos sociais da emancipação humana.

CAPÍTULO 1 - O Serviço Social inserido na produção e na reprodução das relações sociais

Para analisar a profissão na história à luz da produção crítica do Serviço Social, será necessário elucidar antes algumas categorias que irão auxiliar nessa compreensão. A priori, deve-se trabalhar a concepção de história para Marx, bem como de crítica, e a metodologia desenvolvida a partir desses conceitos, haja vista que é esse o método adotado para fazer o referido estudo.

Assim, tem-se que, para Marx, diferentemente da historiografia positivista que aborda a história como uma sucessão de fatos cronológicos que apresentam uma relação de causa e consequência, a história deve ser analisada partindo do presente em direção ao passado. De acordo com Montañó e Guerra (2024), Marx, ao adotar esse método, chamado de materialismo histórico, consegue estudar os fenômenos “[...] como uma particularidade da totalidade social, como um produto da estrutura social contemporânea, e por esta determinado, e não como um processo isolado e independente da estrutura social” (p. 41). Além disso, o materialismo histórico também permite, ainda segundo os autores, que o fenômeno seja estudado a partir de todas as suas determinações mais desenvolvidas, o que auxiliaria no processo das determinações que, no passado, não apresentavam a sua total complexidade. Entretanto, destaca-se que essa metodologia adotada não infere que, para Marx, a história possua um processo “involutivo”, ou seja, que para ele a história evoluiu do presente para o passado.

No que tange a crítica, para Montañó e Guerra (2024), a crítica em Marx, denominada de crítica radical, possui um papel central no pensamento marxiano. Segundo os autores,

A crítica radical não pode ser rejeição, pois consiste na incorporação e superação dialética. Ela jamais pode ser doutrinária ou moralista, pois consiste em conhecimento que é apreendido, pelo pensamento, da realidade, reproduzindo, o mais fielmente possível, o movimento efetivo do real. A crítica (radical) também não tem uma orientação restauradora, pois procura a transformação histórica orientada pelo progresso e pela emancipação humana. E mais ainda, a crítica não pode ser romântica, ingênua, superficial ou fenomênica e pontual, pois, na perspectiva da totalidade, deve apreender os fundamentos dos processos, a essência dos fenômenos, atingindo a raiz da realidade social (p. 238).

Posto isso, a crítica radical busca, portanto, superar as aparências buscando as raízes dos fenômenos, o que, quando apropriado por uma massa de pessoas,

possui imenso potencial transformador da realidade social. Desse modo, tem-se que a massa trabalhadora, quando percebe de forma crítica todo o conhecimento que os circunscrita, pode usar esse conhecimento para auxiliar na trajetória em direção a emancipação humana.

A partir disso, valendo-se do materialismo histórico-crítico e dialético, neste primeiro capítulo iremos analisar o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1982), e, conseqüentemente, também entendido como parte do quadro maior de produção e de reprodução das relações sociais capitalistas. Assim, é imprescindível elucidar alguns fatos que irão possibilitar esse entendimento.

A compreensão do significado social da profissão de Serviço Social na reprodução das relações sociais, se dá, primeiramente, a partir do entendimento do movimento que produz e reproduz essas relações sociais, características da formação, constituição e consolidação social capitalista. Para isso, os autores da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, que vai nortear parte desse primeiro momento de reflexão, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, irão se ancorar nas obras de Marx, explicitando categorias formadas a partir da crítica da economia política e se valendo do método histórico-crítico dialético.

Em um primeiro momento, é exposto que a produção social é fundamentalmente histórica, ou seja, as relações sociais entre os indivíduos que, a fim de satisfazerem suas necessidades e, por consequência, de produzirem e reproduzirem os meios de vida, irá depender de como os meios de produção se comportam em determinado contexto histórico. O contexto em questão, diz respeito a consagração do sistema capitalista. Em outras palavras,

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 36).

Cabe ainda ressaltar que, durante esse processo, as ideias e representações que refletem essas relações e as condições materiais em que ocorrem, se reproduzem concomitantemente, mascarando o antagonismo que as atravessa.

Ainda se tratando da dinâmica capitalista, é proposto que *“o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 37).”* Entretanto, não é possível considerar o capital como uma relação social sem considerar o trabalho assalariado também como uma relação, haja vista que *“Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 37).”* Essa dinâmica se constitui quando

O capital supõe o monopólio dos meios de produção e de subsistência por uma parte da sociedade — a classe capitalista — em confronto com os trabalhadores desprovidos das condições materiais necessárias à materialização de seu trabalho. Supõe, o trabalhador, que, para sobreviver, só tem a vender a sua força de trabalho. O capital supõe o trabalho assalariado e este, o capital (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 41).

Posto isso, tem-se que o capital se manifesta como uma mercadoria, seja através de meios de produção, como matérias-primas, seja através de recursos essenciais para a manutenção da força de trabalho, como alimentação e saúde.

Se tratando, agora, de mercadorias como uma categoria, é tido que estas são objetos fruto de um trabalho útil concreto, logo, são objetos úteis que, derivados de um trabalho de uma qualidade específica, satisfazem as necessidades sociais de alguém em algum momento. Porém, para além do valor de uso, há também embutido na mercadoria, o valor, proveniente do trabalho abstrato, assim dizendo, proveniente do trabalho humano geral e indiferenciado. É graças a essa qualidade que produtos com diferentes aplicabilidades se tornam, no ato da troca, equivalentes. De outro modo,

Mas as mercadorias não são apenas valores de uso; são grandezas ou magnitudes sociais que têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano geral e indiferenciado (trabalho abstrato); são valores enquanto materialização de força humana de trabalho. Enquanto grandezas sociais não se distinguem por sua qualidade, mas pela quantidade de trabalho que têm incorporado. São valores que se medem pelo tempo de trabalho socialmente necessário, incorporado na sua produção. É esta “substância comum” que viabiliza que objetos úteis de qualidades diversas sejam trocados numa relação equivalente. O valor das mercadorias só se expressa na relação de troca. Na expressão dos valores se distinguem dois pólos: a mercadoria, cujo valor se expressa (forma relativa), e aquela em que se expressa este valor (forma equivalente) (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 39).

Os autores, questionam em seguida a gênese do caráter misterioso da mercadoria. Buscam, portanto, entender a partir de que momento, a relação concreta entre homens é entendida somente como uma relação entre objetos materiais, desconsiderando o caráter social de seus trabalhos e colocando esses objetos alienados aos seus produtores. Para responder esse questionamento, então, fazem uma interlocução direta com a obra de Marx, e citam que:

[...] o autor afirma não decorrer nem do valor de uso, nem das determinações de seu valor, mas sim da própria forma mercadoria. Isto porque, na mercadoria: “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, de dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social de seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 1975 apud Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 18).

Para tratar da transformação da mercadoria em capital, os autores introduzem a noção de valor quando dizem que o capital só se verdadeiro e eficaz, ou seja, só se despede da sua forma elementar (expressa através de dinheiro ou de mercadoria) no processo de produção, já que, é somente quando há a introdução da força de trabalho viva, que os valores antes investidos, além de se conservarem, se engrandecem. Introduzem também a categoria do mais-valor, tendo em vista que a função específica do capital é garantir que o valor obtido no fim do ciclo produtivo seja superior ao valor adiantado no início.

Ainda sobre essa transformação do dinheiro em capital, tem-se que:

A transformação do dinheiro em capital decompõe-se em três processos inter-relacionados, mas independentes, no tempo e no espaço. O primeiro: a compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho que se desenvolve no mercado. O segundo, que se efetiva no processo de produção onde, mediante o consumo produtivo da capacidade de trabalho, os meios de produção transformam-se em produtos, os quais, além de conterem o valor do capital adiantado, contêm, ainda, a mais-valia criada. Tem-se aí a produção e reprodução de capital. E o terceiro processo, que ocorre novamente na órbita da circulação, onde se realiza o valor do capital e da mais-valia, mediante a transformação de mercadoria em dinheiro (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.42).

Em suma, a transformação do dinheiro em capital pressupõe que os capitalistas adquiram, ainda na fase inicial da produção, duas principais mercadorias: os meios de produção e a força de trabalho. Destaca-se que o valor de uso da mercadoria

força de trabalho é, para além da qualidade específica do trabalho, é criação de valor.

Há, no entanto, uma condição para que a compra e venda da força de trabalho se realize. Ela é a existência, no mercado, de um trabalhador livre, ou seja, de um trabalhador que seja proprietário de si mesmo, para que no momento da troca, se efetive uma “*relação entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias* (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 44).” O capitalista emprega o dinheiro, ao passo que o trabalhador emprega o uso de sua força de trabalho durante um determinado tempo.

Dessa maneira, a partir do momento em que a classe trabalhadora está expropriada dos meios de produção, sua sobrevivência está condicionada a venda da única mercadoria que possui, a força de trabalho. Nesse sentido,

À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade — a classe capitalista — não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma do salário (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 44).

Assim sendo, os autores explicam que o processo de produção capitalista não se limita a ser um simples processo de trabalho, que gera valores de uso por meio da aplicação de um tipo específico de trabalho (trabalho concreto). O que vai caracterizar, principalmente, os processos de trabalho dentro de uma produção capitalista se configuram, na verdade, como trabalho abstrato, ou seja, o trabalho como criação de valor. No entanto, deve-se afirmar aqui que essa diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato não deve ser apreendida em detrimento da compreensão de trabalho como uma unidade, bem como colocado pelos autores que

Deve-se ter claro, entretanto, que está segmentação entre trabalho concreto e socialmente necessário, tendo fundamento na realidade e em termos analíticos, não deve ser encarada como uma dualidade, de modo dicotômico. Trata-se de uma unidade de contrários, em que um trabalho se expressa através do outro. O mesmo trabalho é, ao mesmo tempo, concreto e abstrato; o tempo de trabalho socialmente necessário só se expressa através de trabalhos úteis determinados (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.48).

Tem-se ainda que, para Marx, a mercadoria força de trabalho tem seu valor definido de forma antecipada a partir do tempo socialmente necessário para a produção. Assim sendo, o valor do trabalho é o tempo socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para a sua reprodução.

Haja vista, afinal, que o objetivo do sistema capitalista é sempre a valorização do próprio capital, o salário, entregue pelo capitalista ao trabalhador, é sempre de um valor inferior ao valor que o trabalhador de fato produziu durante a jornada de trabalho. Em outras palavras, o capitalista se apropria de um trabalho que não foi pago, originando mais-valor. Considera-se que

Ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário encobre toda a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente (pago e não pago), fazendo com que todo o trabalho entregue ao capitalista apareça como trabalho pago. Esta mistificação da forma salário não é facilmente desvendada no cotidiano, tanto pelo capitalista, como pelo trabalhador (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 55).

Para haver uma otimização desse mais-valor, apresenta-se mais dois conceitos: mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Na obtenção de um mais-valor absoluto, tem-se a extensão da jornada laborativa ao passo em que o salário se mantém referente à jornada anterior. Para um mais-valor relativo, o que deve acontecer é, com o avanço da tecnologia e, portanto, com o barateamento dos meios de subsistência, o capitalista reduz o tempo socialmente necessário no ato da produção (aquele que define o valor da força de trabalho), isto significa, diminuir o salário. O mais-valor é, portanto, parte fundamental para que o ciclo do capital se reproduza, pois o capitalista, em posse dela, poderá investir em novas condições de produção e ampliar cada vez mais suas escalas.

Essa ampliação, entretanto, traz consequências para a classe trabalhadora. De imediato, a primeira consequência que se observa é uma mudança na composição orgânica do capital, de modo a haver então uma maior necessidade de investimento no capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (força de trabalho). Isso se confirma pelos dizeres dos autores

Portanto, à medida que progride a acumulação, a tendência é a redução do capital investido na compra e venda da força de trabalho, em proporção ao capital total empregado na produção: não é uma redução absoluta, mas relativa ao aumento do capital constante. Como a demanda do trabalho depende do capital variável e não do capital total,

esse tende a se reduzir, relativamente ao crescimento do capital investido no conjunto do processo produtivo (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.64).

Outra consequência se configura como a existência de um exército industrial de reserva, ou seja, uma massa de trabalhadores que, devido ao ritmo acelerado de acumulação do capital, não conseguiram ser integrados na produção. Observa-se aqui, mais um fundamento que tem incidência direta nas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social.

Já para desenvolver sobre as relações mistificadas e o ciclo do capital, os autores mencionam que para trabalhar as relações sociais através das quais o processo capitalista de produção se realiza, deve-se considerar os capitalistas e os trabalhadores enquanto classes sociais que representam, respectivamente, categorias econômicas a partir da relação capital e trabalho, além de, é claro, considerar o antagonismo que as permeia.

Leva-se em consideração também o fato de que a produção nunca deixará de existir em nenhuma sociabilidade, uma vez que a sociedade, para sobreviver, deve obrigatoriamente produzir e consumir. Na produção capitalista, isso se expressa quando

Deixando de lado, por um momento, o desgaste de sua energia vital, que é consumida pelo capital no processo de trabalho, o que recebe em troca da venda da força de trabalho — os seus meios de vida — são consumidos na reprodução de sua vida e de sua família. Não lhe resta, portanto, outra alternativa senão a de retornar ao mercado novamente, vender parte de si mesmo como condição de sua sobrevivência, já que os seus meios de vida estão monopolizados, também, pela classe capitalista (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 53).

Por assim dizer, a reprodução do capital se configura, basicamente, como um ciclo vicioso. Mas, a reprodução, apesar de conferir uma continuidade à produção, não se limita a uma simples repetição, assim sendo, para além da possibilidade de renovação, há também a possibilidade de criação. No caso da produção capitalista, portanto, há a reprodução do capital e a produção de mais-valor.

Ainda no interior da reprodução do capital, se explicita aqui, o fato de que a classe trabalhadora, para sobreviver, contribui para a continuidade de sua dominação. Aqui se introduz, portanto, a noção de alienação. Segundo os autores,

Mediante a sucção do trabalho, o capital não só se produz como capital, mas se reproduz: a mais-valia criada se converte em meios de consumo da classe capitalista e em capital adicional empregado em nova produção, em novo meio de exploração do trabalho assalariado (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 53).

Retomando a crescente da acumulação capitalista como um fator da existência de uma superpopulação relativa, consoante Iamamoto e Carvalho (1982)

Contraditoriamente, portanto, a classe trabalhadora, ao fazer crescer a lucratividade da classe capitalista, reduz as possibilidades de obter os meios de vida do conjunto da população trabalhadora, já que, neste mesmo processo em que cria riquezas para outros, cria também as condições para que se reproduza uma parcela de população excessiva para as necessidades médias do capital, isto é, em proporção à intensidade e extensão do processo de acumulação (p. 65).

Expressa-se, portanto, mais uma confirmação para o fato de que a classe trabalhadora produz e reproduz sua subserviência em relação ao capital.

Ademais, a medida em que essa superpopulação cresce, os salários diminuem. Para Carvalho e Iamamoto (1982),

O movimento geral de salários passa a ser regulado, em termos gerais, pelas expansões e contrações da população trabalhadora sobrando, correspondentes às alternativas periódicas do ciclo industrial: se durante as fases de expansão econômica o exército industrial de reserva exerce uma pressão sobre os trabalhadores ativos, nos momentos de superprodução e crise funciona como freio às suas exigências. Atua como uma pressão baixista dos salários e favorecedora da subordinação do exército ativo às imposições do capital na sua fome insaciável de absorção de trabalho não pago. Assim, a existência da superpopulação relativa é o pano de fundo a partir do qual se move a lei da oferta e demanda de trabalho, em condições absolutamente favoráveis ao capital, no regime especificamente capitalista da produção (p. 66).

Ainda para os autores, é uma ilusão perceber a relação entre capital e trabalho como uma mera compra e venda de mercadorias. Isso se dá pelo fato de que os meios de subsistência são finitos, e, quando os trabalhadores não têm a posse dos meios que produzem aquilo necessário para a sobrevivência, eles são, portanto, obrigados a venderem a sua força de trabalho novamente para o capital. Assim, essa relação apesar de aparentar ser “um contrato entre possuidores de mercadoria, dotados de iguais direitos e que se contrapõem de maneira igualmente livre” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.56), na realidade, não se apresenta como tal. Dessa forma, “o próprio processo cria as aparências mistificadoras que evitam que

a revolta se expresse e garantem a continuidade do processo produtivo." (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.57).

Sobre essa mistificação, tem-se que

Como o trabalho, enquanto criador de riqueza, pertence ao capital e apenas como esforço individual pertence ao trabalhador, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e as condições sociais do trabalho se apresentam como se fossem fruto do capital e não do trabalho. Esta forma alienada, porém, necessária para a subsistência do capitalismo, se reflete na consciência dos homens, como se a riqueza proviesse do capital e não do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 61).

Diante do exposto, torna-se claro que a análise realizada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982) sobre as relações sociais no contexto do capitalismo revela a complexidade intrínseca entre capital e trabalho. Ao entender que o processo capitalista não se limita a uma simples troca de mercadorias, mas envolve uma dinâmica de exploração e alienação, torna-se evidente o papel crucial do Serviço Social na interpretação e intervenção das condições sociais impostas por esse sistema. Ademais, a produção e reprodução das relações sociais, por serem moldadas por forças históricas que perpetuam desigualdades e desafios para a classe trabalhadora, torna essencial que os assistentes sociais adotem uma abordagem crítica e reflexiva, sendo essa abordagem, possível principalmente graças as contribuições de Iamamoto para a profissão, o que será melhor desenvolvido posteriormente.

Posto isso, "a análise do Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas visa a superar os influxos liberais na compreensão e condução da "prática profissional" (Yazbek e Iamamoto, 2019, p. 40). Tem-se que, para Iamamoto (2021), o assistente social não possui um processo de trabalho, mas sim, está inserido em vários processos de trabalho diferentes. Assim, a terminologia "prática", de acordo com a autora, contribui para uma análise do trabalho do assistente social como um processo de trabalho único destituído de história e sem levar em consideração as relações sociais descritas anteriormente, que são fundamentais para a análise da atividade profissional.

Ainda, ao tratar de prática, Iamamoto (2021) destaca que esse viés

reduz o processo de trabalho à forma como se operacionaliza a atividade do assistente social, pensada no seu circuito interno: o "seu" processo de

trabalho, em que o projeto profissional é deslocado das bases sociais de sua realização, tratado ao nível da intencionalidade do profissional (p.430).

Assim, corre-se o risco de culpabilizar o profissional caso um determinado projeto não ocorra da forma como o esperado, ignorando a complexidade e a tensão das relações que permeiam a profissão. Portanto, a competência profissional é questionada quando não se considera a historicidade do trabalho.

CAPÍTULO 2 – o Serviço Social: da gênese à Renovação

2.1- A gênese do Serviço Social

Considerando a temática do estudo, é necessário que se trate agora sobre as determinações e mediações que aconteceram relativas ao Serviço Social brasileiro desde a sua gênese até o momento da reconceituação.

No fim do século XVIII, tem início o capitalismo concorrencial, que foi marcado por um extenso processo de urbanização, pela criação do mercado mundial e principalmente pela exploração do trabalhador. Em face desta exploração, aprofundou-se a divisão do trabalho e também a alienação/desqualificação da classe trabalhadora, que mais a frente gerou inúmeros protestos para garantir melhores condições de vida e de trabalho. A partir disso, o capitalismo começa a entrar em um novo estágio. Chamada de capitalismo monopolista, essa fase que decorre do capitalismo liberal foi caracterizada por inovações tecnológicas, aumento na produtividade industrial e também pelo acúmulo de capital. A presença de monopólios nessa era, entre outras coisas, provocou o aumento de preços e consequentemente, das taxas de lucros. Segundo Carvalho (2000, p.22),

Sempre que uma parte da mais-valia obtida e realizada não se destina ao consumo pessoal do capitalista e é investida na aquisição de meios de produção e força de trabalho adicionais, ou seja, investida como capital adicional (mais meios de produção e força de trabalho) num circuito contínuo, tem – se a acumulação de capital e a reprodução em escala ampliada.

Nesse contexto, devido a predisposição de se economizar mão de obra e por conseguinte, do crescimento do exército industrial de reserva, Marx (2013) denominou de superpopulação relativa aqueles que possuem condições de serem

empregados, mas que devido a acumulação do capital permanecem desempregados por transbordarem à necessidade de emprego do capital.

É neste cenário de condições precárias de sobrevivência e de exploração da classe trabalhadora que emerge a questão social. Antes, a pobreza era ligada a um quadro geral de escassez, seja ela de alimentos, moradias ou até mesmo tecnologia, mas agora está relacionada com a redução dessa escassez, uma vez que a capacidade social de produzir riqueza cresceu, o que gera uma contradição. Para Netto (2001, p.42),

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

É importante salientar, no entanto, que o pauperismo só se torna uma expressão da questão social a partir dos desenvolvimentos sócio-políticos, ou seja, quando passou a ser reivindicado pela população que vivia em circunstâncias miseráveis. Assim, a partir do momento em que a exploração dos trabalhadores e a reação destes sobre isso começa a afetar a hegemonia burguesa, tem-se a necessidade por parte das classes dominantes de realizar um controle social. Iamamoto e Carvalho (1982) comentam que “A dominação burguesa implica a organização do proletariado, ao mesmo tempo em que implica sua desorganização enquanto classe” (p. 141)

Consoante Iamamoto e Carvalho (1982)

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (p. 134).

É nesse contexto que surgem as leis sociais, que, a partir do aprofundamento do capitalismo, para Iamamoto e Carvalho (1982), “marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade” (p. 134). Dessa forma, a questão social passa a ser entendida como parte fundante da relação entre burguesia

e proletariado, e não mais apenas como uma contradição entre pobres e ricos.

No interior dessa conjuntura, está marcada a gênese do Serviço Social, tendo como objeto a questão social. Destaca-se, entretanto, que nesse primeiro momento, Iamamoto e Carvalho (1982) entendem que o Serviço Social “Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica” (p. 135).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982),

Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as protoformas do Serviço Social no Brasil (p. 148).

Por mais que o Serviço Social não seja a evolução da caridade ou da assistência, é inegável a influência da Igreja Católica na sua origem. É a ação social católica que dá o direcionamento teórico do Serviço Social em meados de 1930 e também da sua intervenção prática. Nesse viés, a profissão exercia sua função de acordo com uma perspectiva moralizante, com as contradições próprias do modo de produção capitalista sendo entendidas como desajustes sociais do indivíduo, ou seja, a pobreza, a fome, entre expressões da questão social, não eram considerados partes da dicotomia que fundamentava o capitalismo, mas sim como elementos que partem do modo de agir da sociedade. Consoante Yazbek (2009)

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social” (p. 4).

Assim, a atenção é voltada para o sujeito e não para a estrutura social, realizando então o controle do proletariado emergente. Portanto, a função do Serviço Social, assim como dito por Verdès-Leroux (1986, p.15), era atuar “[...] no modelamento da personalidade do indivíduo de acordo com a visão de mundo da burguesia adaptada sob a forma de certo humanismo cristão.”, em outras palavras, a profissão deveria ajustar o sujeito à realidade, uma vez que naquele contexto não se questionava a realidade.

2.2- O processo de renovação do Serviço Social

Com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que contou com três direções distintas, essas características da profissão se tornaram desatualizadas, porém não extintas, uma vez que esse processo representou uma mudança radical tanto no exercício quanto na formação profissional. Portanto, a seguir veremos como e em quais circunstâncias esse processo se deu.

Em um primeiro momento, é necessário estabelecer que a instauração da autocracia burguesa e a formação sócio-histórica do Brasil estão diretamente relacionadas. Nesse viés, temos que a abolição tardia da escravidão, a exclusão de massas do poder e vários outros elementos que foram consequências da colonização do país tornaram possível a hegemonia da autocracia burguesa no Brasil.

A circunstância que o Brasil estava vivendo antes do golpe de 1964 poderia ser considerada como uma tentativa de redemocratização sob o governo do ex presidente João Goulart, que visava realizar diversas reformas de base, dentre elas, a reforma agrária, com o fito de fazer do país um lugar mais justo e igualitário. No entanto, este mesmo momento contava também com um projeto da autocracia burguesa para adequar o Brasil aos padrões de produção internacional, uma vez que o sistema até então vigente, o de substituição de importações, se encontrava em crise. Por conseguinte, nesse contexto, o que estava em disputa eram dois modelos de Brasil: um baseado em reformas de base e o outro que visava a consolidação do capitalismo monopolista no país, garantindo uma industrialização pesada e um novo padrão de acumulação. Observa-se, em vista disso, que em nenhum momento o comunismo era uma ameaça real. Todavia, através de campanhas e conspirações fomentadas pela oposição, se instaurou no Brasil o “medo comunista”. Diante disso, teve início a contra revolução preventiva, que se baseava justamente em golpear os protagonistas sócio-políticos que estavam a frente desse processo de redemocratização, sendo eles o movimento estudantil, as ligas camponesas, entre outros, a fim de prevenir uma “revolução comunista” e dessa forma inviabilizar a redemocratização, assim como colocado por Netto (2009, p.16) que:

De fato, o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma contra revolução preventiva implementada

em escala mundial, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, este processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo: na África (uma série de intervenções destinadas a conter o ímpeto independentista nos marcos neocoloniais, pontuadas pelo assassinato de sucumba, em 1961), na Ásia (exemplificado no sangrento golpe que, em 1965, abriu a via à derrubada do regime de Sukarno, na Indonésia) e na América Latina. Também aqui, com o êxito da Revolução Cubana (1959) tão somente acentuando a histórica tradição norte-americana de violentar a soberania dos Estados latino-americanos (entre 1824 e 1994 contam-se, pelo menos, 73 intervenções dos EUA na América Latina), a contra revolução jogou pesadamente: tendo o seu primeiro grande passo exitoso com o golpe de 1964, no Brasil, avançou por mais de uma década e instaurou regimes ditatoriais no Chile, no Uruguai e na Argentina – e na segunda metade da década de 1970, todos os países do Cone Sul já viviam sob o terror estatal.

A partir disso, tem início a ditadura civil militar empresarial, sendo consolidada de fato em 1964 e tendo seu fim em 1985.

Cabe citar, ainda, o extenso legado que esse autoritarismo deixou ao Brasil, que, segundo Netto (2005, p.101) “[...] resume-se em um desastre nacional.”. Além da lei da Doutrina de Segurança Nacional que está ativa até hoje, contamos também com uma alta concentração de propriedades e de renda, com uma estrutura de classe altamente polarizada, com a internacionalização e com a territorialização do imperialismo, entre outras coisas.

Ademais, esse período da ditadura civil militar empresarial afetou imensamente tanto o exercício profissional quanto a formação dos profissionais de Serviço Social. Nesta época, além de uma forte repressão aos assistentes sociais que lutavam bravamente contra o regime ditatorial, houve também uma grande expansão do Estado e das instituições estatais, que somadas a expansão da indústria pesada no Brasil criou condições para que a profissão de Serviço Social se alastrasse. Sendo assim, com as novas demandas e o novo mercado de trabalho, o Estado requeria um novo tipo de profissional que não se adequava mais aos moldes do Serviço Social tradicional, era preciso um profissional moderno capaz de racionalizar e de gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios. Nessa perspectiva, em que era necessário se moldar um novo tipo de profissional tendo em vista que o Serviço Social tradicional já não estava mais dando conta de responder as demandas que lhes eram colocadas, é que tem início o processo de renovação do Serviço Social. Consoante Yazbek (2009)

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político (p. 6).

Quando entendemos o contexto mais amplo em que a renovação do Serviço Social se insere, conseguimos entender melhor como se deu esse processo. Como já citado anteriormente, a renovação se deu pelo requerimento de um novo tipo de profissional que se adequasse a racionalidade burocrático-administrativa que a expansão do Estado estava demandando, portanto, nesse momento, já não bastava mais apenas a função do assistente social de se encarregar da execução terminal de políticas sociais setoriais, era preciso que ele também as gerenciasse e as planejasse. Além disso, com a expansão de empresas exigindo uma maior de assistentes sociais, esse movimento de crescimento do mercado de trabalho para a profissão e de esgotamento do Serviço Social tradicional ganha força. É nesse momento de racionalização da profissão que uma nova formação profissional e uma reformulação do exercício profissional deveria romper com o confessionalismo tão presente na gênese da profissão, dando origem ao processo de renovação. Assim, segundo Netto (2005, p.131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Em relação ao contexto internacional no momento do processo de renovação, que ocorreu no período da ditadura civil militar empresarial (1964-1985), devemos pontuar que o modelo de acumulação capitalista estava se esgotando, de forma que o mundo inteiro estava passando então por mudanças. Sendo assim, a crise do petróleo ocorrida na década de 70, a revolução Cubana na década de 60, o movimento de libertação dos países africanos, entre outras mudanças culturais, realizara uma forte influência sobre o processo de renovação do Serviço social. Outrossim, os movimentos estudantis também terão um papel fundamental na renovação do Serviço Social, uma vez que eles estavam questionando as bases que legitimavam a sociedade e a profissão, estavam questionando o tradicionalismo do

Serviço Social e também as formas de organização política da sociedade, conforme aponta Netto (1991).

É importante ainda ressaltar que a renovação do Serviço Social foi um processo global, ou seja, envolveu a profissão como um todo e implicou, necessariamente, na laicização da profissão e no advento de um pluralismo teórico, devido a, entre outras coisas, inserção do Serviço Social nas universidades, assim como confirmado por Netto (2005, p.31) quando disse que:

Trata-se, como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, *perspectivas diversificadas*: a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem.

Essa inserção gerou também um diálogo da profissão com as outras ciências sociais e uma maior produção de conhecimento e pesquisa, culminando, por fim, em algumas polêmicas teóricas que até a década de 70 eram inexistentes.

Em suma, o processo de renovação se deu quando o Serviço Social tradicional, aquele repetitivo e burocrático, não estava mais dando conta de responder as complexas demandas postas pela questão social e pelo Estado. Conforme Netto (1991)

Sugerimos entender como Serviço Social tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção — desde um ponto de vista claramente funcionalista — de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (p. 44).

A partir disso, o processo de renovação assumiu três direções, sendo elas a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Além disso, essas três vertentes foram embasadas a partir de diversas matrizes de pensamento, como o positivismo (estruturalismo, funcionalismo e estrutural-funcionalismo), a fenomenologia e o marxismo.

A modernização conservadora foi uma das direções do processo de renovação do Serviço Social que veio para tentar responder as novas demandas. Essa direção

contava com uma clara influência do positivismo e da perspectiva estrutural funcionalista, tendo como uma prioridade o desenvolvimento social e econômico do país. Dessa forma, era requerido um profissional que integrasse o processo de desenvolvimento, fornecendo suporte às políticas do mesmo. O profissional de acordo com a modernização conservadora deveria, ainda, inibir processos contrários ao desenvolvimentismo, integrar a população a esse processo de desenvolvimento, e atuar junto a indivíduos que possuíam algum desajustamento, sendo assim um profissional que atuaria no sujeito não considerando que o problema, na verdade, seria o contexto mais amplo ao qual ele está inserido, o que revela o caráter positivista dessa atuação.

Essa vertente contou com dois documentos, sendo o primeiro deles o Documento de Araxá (1967), que contava com 3 capítulos e não apresentava ruptura com elementos tradicionais da profissão, apenas os modernizava. Esse documento, fruto de um seminário organizado pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais), buscava pensar a teoria bem mais que a metodologia do Serviço Social, de modo a definir o Serviço Social como ciência, ao contrário do documento seguinte. O segundo documento, denominado de Teresópolis (1970), como já dito, buscava definir uma metodologia para que a profissão fosse capaz de responder as demandas que lhes eram colocadas. Os profissionais presentes nesse seminário foram divididos em dois grupos que se debruçaram sobre dois temas, não tendo no final um documento, mas sim um relatório de cada grupo. Assim, para Netto:

não são teorias, valores, fins e legitimidade (antes, esses componentes são dados como tácitos), mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacional. Em Araxá, coroa-se uma indicação no sentido sociotécnico do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a operacionalidade desse sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnicoburocrática” (NETTO, 2005, p.190).

Por fim, temos que ambos os documentos, inquestionavelmente, representaram um impacto tanto na formação, quanto no exercício profissional.

A reatualização do conservadorismo era baseada em uma perspectiva fenomenológica, ou seja, o movimento de problematização era inexistente e a

aparência se confundia com a essência e, por isso, o Serviço Social nessa direção deveria transformar o indivíduo de modo a adaptá-lo ao meio, que não era entendido como problemático, já que o “problema social” era do indivíduo isoladamente, enfim, deveria ser tratado e, assim, retomar ao contexto em que vivia. Portanto, a reatualização do conservadorismo:

[...] recupera a herança histórica e conservadora da profissão e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se aclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essa perspectiva possui uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional e utiliza-se da fenomenologia; beneficiasse de um acúmulo de expectativas, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial (Silva, 2017, p.7).

Mediante o exposto, houve dois seminários que reforçaram a ideia da reatualização do conservadorismo no Brasil, sendo eles o Seminário de Sumaré (1980) e Alto da Boa Vista (1984). No Seminário de Sumaré havia uma discussão acerca da cientificidade, e havia também um movimento de continuidade ao documento de Araxá, além da discussão acerca de três principais temas, sendo eles a relação do Serviço Social com a cientificidade, com a fenomenologia e com a dialética.

Para finalizar, pode-se afirmar ainda que, segundo Netto (2005), nessa vertente há uma complexa dialética de ruptura e de continuidade com o passado profissional, além do conservadorismo colocado em uma nova face, reatualizando não só o conservadorismo profissional como o conservadorismo societário também.

Já relativo à intenção de ruptura, tem-se que essa foi uma das três direções que compuseram o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, tendo seu início em 1972 e seu fim em 1975. Essa direção surgiu na estrutura de uma universidade privada e católica e, assim como colocado anteriormente, ela não se caracterizava apenas como uma negação ao tradicionalismo, mas também como uma reação ao conservadorismo, se opondo de forma contundente a autocracia burguesa tanto no ponto de vista político quanto nos pontos de vista econômicos e culturais. À vista disso, pode-se dizer que a intenção de ruptura segue um caminho diferente da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo, o que de forma alguma anula a importância que esses dois outros momentos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil tiveram para a profissão.

No entanto, apesar de emergir na década de 70, é possível identificar traços desse processo de ruptura mesmo antes da instauração da ditadura civil militar empresarial. Em 1961, as ligas agrárias, os movimentos de base, o movimento estudantil, entre outros, eram importantes fatores sociopolíticos que vinham construindo um trabalho condizente com os ideais da direção em questão, mas que foram interrompidos com a instauração da autocracia burguesa. Logo, é importante ressaltar que a intenção de ruptura acentuou o pensamento crítico do Serviço Social no Brasil, porém não o criou.

Ainda sobre essa direção, segundo Netto, ela foi dividida em três momentos. O primeiro momento pode ser caracterizado como a emergência do método BH; o segundo, como o início do amadurecimento dessa intenção de ruptura através de importantes produções no meio acadêmico que claramente dialogavam com o marxismo; e, o terceiro momento, é quando ocorre a difusão dessa intenção de ruptura que fica conhecida pela categoria profissional como o projeto ético-político.

A expressão da intenção de ruptura é feita através do chamado “Método BH”. Esse método foi debatido e pesquisado por uma equipe de estudantes liderados por Leila Lima, na PUC de Belo Horizonte, e buscava, entre outras coisas, combater a neutralidade da profissão e também os interesses da classe dominante, de forma que o tradicionalismo fosse então deixado para trás. Para Netto:

O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de práticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (Netto, 1991, p.276-277).

Além disso, um dos critérios iniciais do método era analisar a situação de forma mais ampla, de modo a olhar a realidade como um todo e não apenas trabalhar com os casos de forma isolada, entrando em conformidade então com o método crítico dialético de Marx. No entanto, o método apresentou alguns equívocos, sendo um deles justamente relacionado ao marxismo, já que nesse método buscava se aproximar e usar as ideias e conceitos de Marx, porém sem de fato lê-lo, o que gerou concepções vazias sobre o mesmo. Ainda sobre a organização do método, nele continha o objetivo meta e o objetivo meio. O objetivo meta se relacionava com a ideia de sociedade e homem, de modo que os integrantes do método acreditavam que

seria possível “salvar o mundo” através da profissão, enquanto o objetivo meio possuía como intenção a conscientização e a organização da classe trabalhadora.

Em suma, o método BH buscava apreender a totalidade dos processos sociais realizando uma aproximação com Marx, além de buscar um novo projeto de formação para a escola de Serviço Social. Devido ao contexto em que esse método estava inserido, ou seja, o contexto da ditadura civil militar empresarial em que havia diversas formas de repressão para aqueles que não estavam em conformidade com os ideais da autocracia burguesa, em 1975 o grupo que estava por trás dos estudos desse método foi encerrado.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS), que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, consolidou, em 1979, esses ideais propostos pela intenção de ruptura e, conseqüentemente, pelo método BH, de modo que a perspectiva conservadora até então hegemônica no Serviço Social, se torna uma perspectiva agora crítica e que defende os interesses da classe trabalhadora, assim como qualifica Iamamoto (2019)

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo e origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico crítica. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O “Congresso da Virada” expressa a luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social” (p. 441).

É imprescindível, no entanto, que não se desvincule o III CBAS da história. Esse congresso, de acordo com Iamamoto (2019) configura um ponto decisivo na rejeição do conservadorismo que marcou a gênese do Serviço Social brasileiro, impulsionando sua renovação histórico-crítica. Ao se alinhar aos interesses e às demandas da classe trabalhadora na luta pela democracia, ele contesta propostas que não levam em consideração a realidade latino-americana e anuncia uma ruptura com os compromissos políticos anteriormente mantidos com as classes dominantes e o poder político. Além disso, foi a primeira e tardia manifestação massiva dos assistentes sociais contra a ditadura civil militar empresarial e contra a classe que a possibilitou.

Assim, infere-se que esse congresso foi de suma importância para firmar o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, se aproximando então das lutas, das mobilizações e dos movimentos sociais que possuíam como principal objetivo a defesa dos direitos dessa classe.

Ainda para Iamamoto,

As forças acadêmico-profissionais acumuladas pelo Serviço Social latino-americano e assistentes brasileiros são decisivas nessa “virada” do Serviço Social. Elas remontam ao movimento de reconceitualização do Serviço Social (1965 e 1975), que cria bases materiais, intelectuais e políticas à sua renovação. Recusa-se o assistencialismo e a benemerência, questiona-se os fundamentos positivistas da tríade do Social Works norte-americano: o Serviço Social de casos, o Serviço Social de grupo e a organização/desenvolvimento de comunidade difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria (2019, p. 442).

Diante disso, observa-se a clara relação entre o congresso da virada e o movimento de reconceitualização, movimento esse que será discutido no próximo tópico.

É ainda por conta desse congresso que, mais tarde, em 1980, o Projeto Ético-Político da profissão ganha mais força e se consolida. O Projeto Ético-Político do Serviço Social orienta a profissão com base na defesa dos direitos humanos, atuando na sua garantia e ampliação, combatendo as desigualdades e firmando um compromisso com a classe trabalhadora através de uma atuação crítica frente à questão social. Esse projeto rejeita práticas assistencialistas e conservadoras, promovendo uma atuação emancipatória, além de defender a autonomia profissional e um exercício profissional qualificado, que se recusa a ser um instrumento de controle social. Fundamentado no materialismo histórico e dialético, o projeto compreende a questão social como resultado das contradições do capitalismo e defende a articulação com movimentos sociais progressistas. Além disso, reforça a importância de um Estado democrático e garantidor de direitos, contrapondo-se a políticas neoliberais que enfraquecem as conquistas sociais. No entanto, deve-se compreender as contradições que permeiam esse projeto e os desafios colocados para a sua hegemonia, o que também será abordado em um momento posterior. Para Iamamoto (2019),

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, no lastro das lutas sociais contra a ditadura (1964-85) e pela defesa do Estado de direito, fez um radical giro na sua dimensão ética e política. Sua base normativa é formada pela Lei da Regulamentação da Profissão (1993), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação (1996) e pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), pilares do projeto profissional brasileiro. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas, organizações e movimentos sociais. Seu núcleo

central é a compreensão da história a partir das classes sociais, conflitos, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores (p. 450).

2.3 - O movimento de reconceituação

Ademais, é necessário abordar sobre o Movimento de Reconceituação. Em um primeiro momento, é preciso evidenciar que, quando falamos do movimento de reconceituação, estamos falando da América Latina com toda sua pluralidade e suas diversas formações sócio-históricas. Logo, cada país estava vivendo um período histórico diferente no momento em que estava ocorrendo o movimento de reconceituação (1965-1975), o que fez com que o movimento ocorresse de maneira diferente em cada país, porém, é claro, com algumas questões em comum, para assim caracterizar a reconceituação como um movimento.

É ainda necessário fazer a diferenciação entre o processo de renovação do Serviço Social no Brasil e o movimento de reconceituação da América Latina, que possuem em comum apenas o fato de que ambos emergiram a partir da erosão do Serviço Social tradicional. A primeira diferença se dá a partir do momento que o processo de renovação se deu apenas no Brasil, e o movimento de reconceituação se estendeu por toda a América Latina. Além disso, eles estão situados em períodos históricos diferentes e possuem bases teóricas e políticas distintas.

No entanto, a intenção de ruptura, que é entendida como uma das três direções do processo de renovação da profissão, tem uma relação direta com esse movimento de reconceituação, podendo até ser considerada como a expressão do movimento de reconceituação no Brasil.

Uma das questões em comum a todos os países da América Latina, como foi citado acima, era a construção de uma perspectiva latino-americana para o Serviço Social, deixando de lado as visões europeias e as visões que eram hegemônicas na profissão até então, buscando então novas vertentes teóricas que interpretassem a América Latina. Dessa forma, criava-se um movimento de unidade do Serviço Social latino-americano.

Além da emergência a partir da erosão do Serviço Social tradicional, da busca da construção de um Serviço Social verdadeiramente latino-americano (o que pode ser verificado através da criação do CELATS), e da crítica as matrizes sociais que

permeavam a profissão, outras características que podem ser atribuídas ao movimento de reconceituação são: a descoberta de uma dimensão teórico política da profissão, evidenciando que o profissional de Serviço Social não é um agente neutro; uma busca pela transformação social a partir da perspectiva marxiana; aproximação aos diferentes marxismos; aproximação com a teologia da libertação; diálogo com a perspectiva conscientizadora de Paulo Freire; diálogo com a teoria da dependência; entre outras.

O movimento de reconceituação, para lamamoto (2019),

expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa (p. 444).

Assim, esse movimento, ainda para lamamoto (2019), visa a construção de um Serviço Social enraizado na realidade latino-americana, pautado na rejeição de teorias e métodos importados que não dialogavam com a nossa história e as nossas particularidades. Buscava-se consolidar um compromisso efetivo com as lutas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se defendia a necessidade de conferir rigor científico ao exercício profissional. Questionava-se a suposta neutralidade político-ideológica da profissão, a limitação das intervenções a pequenos espaços sociais e a fragilidade teórica que ainda marcava a profissão. Diante desse contexto, os assistentes sociais passaram a assumir um papel ativo na organização, formação e conscientização dos trabalhadores e setores marginalizados, contribuindo para a ampliação de sua participação nas transformações sociais. Como bem coloca lamamoto (2019),

Dentre os eixos de preocupações fundamentais do movimento de reconceituação podem ser salientados: o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” (p. 446).

Essas preocupações, de acordo com a autora, convergem para a reconstrução da formação profissional, que, agora, visariam articular “ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção criadora de

conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade” (Iamamoto, 1998, p. 209).”

Por fim, pode-se dizer que inúmeras profissões realizavam uma crítica às ciências sociais tradicionais, porém o diferencial do Serviço Social se deu justamente por essa organização/união latino-americana.

2.4 - A aproximação do Serviço Social com a teoria marxista

Na década de 1980, o Brasil avança na perspectiva de uma real ruptura com o conservadorismo do Serviço Social, sobretudo a partir da interlocução que a profissão faz com as obras de Marx. É ainda nessa década que a produção acadêmica do Serviço Social tem um salto qualitativo na medida em que reconhece o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, rompendo com uma leitura endógena da profissão e, a partir desse momento, a situando no contexto das relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, tendo como conceito fundamental o conceito de reprodução social.

No entanto, é importante ressaltar que, as obras de Marx no Brasil nortearam a profissão tardiamente, em face do conservadorismo presente no Serviço Social e ao fato de que a profissão, antes de sua renovação, se entendia como uma profissão prática e, portanto, sem necessidade de se nutrir teoricamente para melhor direcionar sua ação. Consoante Yazbek (2009)

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, que aqui não abordaremos, e que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (p. 9).

São três os momentos que marcam essa aproximação do marxismo com o Serviço Social, sendo o primeiro deles por via da militância, que acreditava ser possível a transformação da ordem societária por meio da profissão, revelando o caráter revolucionário dessa aproximação, além de, partidário, uma vez que nesse

momento a leitura de Marx era monopolizada pelo Partido Comunista Brasileiro. A leitura de Marx nesse primeiro momento foi interrompida por conta do processo ditatorial que teve início no Brasil, tendo então uma nova oportunidade de aproximação com o marxismo trazida pela PUC de Belo Horizonte, na vertente do processo de renovação denominada de Intenção de Ruptura. O segundo momento se caracteriza a partir de uma consolidação acadêmica do Serviço Social, quando há uma expansão dos cursos de formação da profissão nas universidades públicas, juntamente com a consolidação dos mestrados e doutorados de serviço social, todavia, esse marxismo acadêmico não chegou na totalidade da profissão. O terceiro e último momento materializa-se com o processo de redemocratização do Brasil, podendo então ocorrer uma leitura radical marxiana e a compreensão de sua atualidade.

Ainda se tratando do último momento de aproximação da profissão com o marxismo, temos que é apenas com a ampliação do mercado de trabalho, com a efetiva inserção da profissão no universo das academias, e com um profundo processo de laicização da profissão que o amadurecimento intelectual do Serviço Social é impulsionado, sendo esse impulso, além, é claro, do amplo movimento de redemocratização do país e da efervescência dos movimentos sociais, o que permite uma aproximação clara com a obra de Marx, podendo compreender, de fato, um marxismo com Marx, sendo o marco dessa interlocução a publicação “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto e de Raul de Carvalho, em 1982. Conforme Yazbek (2009)

É, sobretudo com Iamamoto (1982) no início dos anos 80 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico- metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez (p. 10).

Nessa publicação, Iamamoto e Carvalho (1982) entendem o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, portanto, como parte do quadro maior de reprodução das relações sociais capitalistas, sendo a partir dessa obra, a ocorrência de uma ampliação na literatura do Serviço Social e uma mudança radical em sua orientação teórica e, em especial, metodológica. Vale ainda ressaltar que, essa mudança na forma de agir e pensar do profissional de Serviço Social, se

deu também a partir da compreensão do assistente social do que é o trabalho para Marx e suas especificidades nessa sociedade capitalista, compreendendo a questão social como fruto das relações erguidas sob o comando do grande capital, em suma, a partir da compreensão do capitalismo como uma relação social e não mais como uma relação entre coisas. Essa publicação, ainda, inaugura no Serviço Social um horizonte até então desconhecido, sendo ele o de entender a ação profissional enquanto trabalho e o assistente social enquanto trabalhador assalariado. Portanto, com a obra de Yamamoto e Carvalho, e com os acontecimentos da década de 80, como a organização mais ampla dos movimentos dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Brasil, a categoria profissional de assistentes sociais se aproxima da classe trabalhadora e apresenta uma releitura das interpretações da sociedade até então.

É importante, no entanto, ressaltar que o amadurecimento teórico e metodológico da profissão não faz com que o Serviço Social rompa com o capitalismo, mas sim com que a categoria perceba que a sociedade erguida sob o capital é o que a define, sendo as relações sociais o que dão o espaço de atuação e o significado da profissão. Em outras palavras, há um rompimento com a visão messiânica de que o Serviço Social seria o profissional responsável pela gestão das mudanças da sociedade, ao passo que se compreende o Serviço Social como parte fundamental da estrutura desigual dessa sociedade.

Ademais, cabe aqui reforçar que a reprodução social é o modo como são produzidas e reproduzidas todas as relações sociais que compõem a sociedade na ordem do capital, é a reprodução da totalidade da vida social, se expressando em práticas sociais, padrões de comportamento, entre outras coisas que, de acordo com Yazbek, permeiam as tramas das relações que existem nessa sociedade.

Nesse contexto, esse amadurecimento foi de suma importância para a compreensão do significado social da profissão. Assim sendo, é também fundamental para a compreensão desse significado, o entendimento de que o trabalho profissional, assim como dito anteriormente, está contextualizada nas relações mais amplas do capitalismo, e o reconhecimento de que o exercício profissional é algo histórico e mutável, assim como colocado por Yazbek (2009) ao dizer que “[...] a intervenção desse profissional enfrenta a necessidade de renovação e mudança,

como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que secularizam o desenvolvimento do capitalismo no país” (p. 16).

Além disso, reconhecer a profissão como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho significa entender o caráter essencialmente político dessa profissão e a necessidade de se pensar um projeto profissional coletivo para nortear as suas ações profissionais. Portanto, é importante pensar a profissão de Serviço Social inserida na realidade, mas também pensá-la a partir de um dado referencial político e ético, que vai imprimir uma forma de agir que é expresso pela sua autonomia relativa. Isto é confirmado por Yazbek (2009) quando diz que:

A apreensão das particularidades do exercício profissional, entre as quais se destaca a Assistência Social, implica inscrevê-las, de um lado, no contexto histórico em que a profissão se enquadra, se altera e se move a partir de sua inserção nas relações sociais mais amplas e, de outro, no âmbito da construção do projeto profissional do Serviço Social, elaborado coletivamente por seus profissionais, por intermédio de suas entidades a partir de sua inserção na realidade e de suas respostas aos desafios cotidianos colocados pelo exercício profissional (p. 16).

É ainda necessário reforçar que o exercício profissional é composto por uma dualidade, já que, por estar inserida no contexto das relações mais amplas da sociedade, sociedade essa composta pelas classes sociais e seus interesses que estão em constante conflito, a ação profissional acaba, mesmo que não intencionalmente, contribuindo com a preservação do capital ao mesmo tempo em que confere resposta a necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora, tendo, portanto, um caráter contraditório.

CAPÍTULO 3 - O Serviço Social na História: Reflexos de Mudanças Sociais e Políticas

De acordo com o objetivo dessa pesquisa, após o entendimento do Serviço Social na história, podemos seguir para a exposição dos desafios impostos para a profissão na atualidade.

É dado que a partir do momento em que o Serviço Social é entendido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 1982), é também entendido como parte do quadro maior de produção e de reprodução das relações sociais capitalistas.

Dessa maneira, o trabalho de assistentes sociais é permeado por uma tensão que gira entre o capital e o trabalho. Como afirma Iamamoto (2004), em uma mesma atividade e, ao mesmo tempo, o profissional é requisitado para manter o trabalhador dentro da lógica capitalista e para fornecer a ele condições de sobrevivência. Em outras palavras, o assistente social pode ser usado como um reproduzidor de ideologias que garantam o controle social e a hegemonia capitalista, ao mesmo tempo em que atua em políticas sociais que visam garantir os direitos dos trabalhadores. Entretanto, por mais que não se possa excluir um polo ou outro, é possível por meio de uma análise crítica e comprometida com um projeto democrático, que se fortaleça o lado contrário ao capital. Ainda para a autora, “Isso significa que o exercício profissional participa de um mesmo movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação” (Iamamoto, 2009, p.12). Iamamoto (2021) ainda discute acerca da tensão entre projeto ético-político profissional e estatuto assalariado. Esse dilema se dá a partir do momento em que o assistente social dispõe de uma autonomia relativa para definir os rumos da sua ação profissional, enquanto, por outro lado, está condicionado ao trabalho assalariado, portanto, depende da existência de um mercado de trabalho que pode se dar através do Estado ou dos organismos privados.

A profissão do Serviço Social, de acordo com a autora, é “socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais)” (Iamamoto, 2021, p. 415). E, ainda para Iamamoto (2021), além desse fato, a relativa autonomia do assistente social também é influenciada pelas disputas hegemônicas presentes na sociedade, que podem expandir ou restringir as bases sociais que sustentam sua atuação. Essas disputas refletem interesses de diferentes classes e grupos sociais, impactando diretamente as condições de trabalho e a forma como são atendidas as demandas da classe trabalhadora.

Nessa mesma perspectiva, reitera-se a condição de trabalhador assalariado do assistente social, o que acrescenta ainda mais complexidade ao cenário em que a profissão se insere. Os profissionais de Serviço Social atuam como um mantenedor da lógica capitalista e, concomitantemente, está submetido a ela, ou seja, necessita de vender sua força de trabalho especializada para garantir seus meios de

sobrevivência. Assim sendo, o assistente social não é proprietário dos seus meios de produção e depende de um empregador, que, nesse caso, pode ser público ou privado, para fornecer condições para a realização de seu trabalho profissional. Está posto, então, uma tensão entre autonomia profissional e trabalho assalariado. lamamoto (2021) afirma que

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (p. 415).

Essa tensão se caracteriza, sobretudo, pela liberdade que o profissional dispõe de poder imprimir a direção social que lhe convém ao seu trabalho, ao mesmo tempo em que o seu empregador impõe uma única direção: a do lucro. Assim, nem sempre as direções do trabalhador e do empregador irão ser compatíveis. Isso infere ao assistente social uma autonomia profissional relativa, haja vista que ele tem autonomia para conduzir suas ações desde que estas estejam dentro do estipulado pelo espaço em que ocupa. Destaca-se ainda que essa autonomia relativa é, também relativa, aos diversos tipos de vínculos empregatícios, podendo ser maior ou menor de acordo com a estabilidade que o profissional possui na instituição. Ainda para a autora,

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na sua condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional - os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. E oferecem o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados (lamamoto, 2004, p.22).

Nesse viés, faz-se necessário um profissional que possua, para além do comprometimento, *“competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.”* (lamamoto, 2004) Além disso, é necessário também que o profissional compreenda que, a partir do momento em que ocupa os diversos espaços sócio-ocupacionais no âmbito do Estado, ele estará contemplado por uma intensa

burocracia, que expressa os interesses capitalistas em nome dos interesses gerais e permeia a atividade profissional afetando diretamente a qualidade do trabalho. É essencial, portanto, *“estimular a criação de mecanismos passíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, melhorando a qualidade do atendimento”* (Iamamoto, 2021, p. 426).

Como mais desafios, coloca-se que o profissional está sujeito às mudanças que ocorrem no “mundo do trabalho”. Assim, é afetado pelas alterações nas condições de emprego, pelas novas formas de exploração e pela precarização do trabalho e das políticas públicas. Essas mudanças refletem diretamente na atuação do assistente social, já que possuem relação direta com a questão social, que é o objeto de trabalho do Serviço Social, e, agora, essa atuação terá que lidar com os novos desafios da questão social na contemporaneidade em face da hegemonia do capital fictício e portador de juros,

Essas novas expressões da questão social se dão, principalmente, devido a mundialização do capital e pela ascensão das orientações neoliberais que inserem o Estado em uma órbita cujo objetivo é a obtenção de lucro e o crescimento econômico.

A crise econômica de 1970, marcada pela alta inflação e pela frustração do modelo keynesiano de bem-estar social, foi a principal responsável pelas mudanças econômicas e políticas que se apresentaram nos dias atuais. O cultivo da ideologia neoliberal se deu a partir do entendimento de que deveria haver uma redução da intervenção estatal na economia, a desregulamentação dos mercados e a privatização de empresas públicas, formando assim, para Iamamoto (2004), não apenas uma mudança nas políticas econômicas, mas um novo projeto de organização da economia mundial, com a imposição de um modelo de mercado global que privilegia os interesses do capital financeiro. Já em relação a mundialização do capital, tem-se que essa e o neoliberalismo estão intrinsecamente ligados, haja vista que a globalização dos mercados financeiros e produtivos cria um ambiente propício para a implementação de políticas neoliberais, ou seja, o capital transnacional, quando desvencilhado do Estado, busca um modelo econômico que visa a maximização dos lucros, o que ocorre, claramente, por meio de uma intensificação da exploração.

Esse contexto traz diversas consequências que impactam diretamente no trabalho do assistente social. Primeiramente, *“A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado*

dos direitos do trabalho” (Iamamoto, p.14, 2009). Assim, ainda para Iamamoto, os direitos sociais são submetidos a lógica orçamentária enquanto as políticas sociais são submetidas à política econômica. Em outras palavras, a distribuição das verbas que, deveria ser, de acordo com a Constituição, destinada obrigatoriamente à garantia de direitos, fica agora, em segundo plano, à mercê da disponibilidade de recursos.

A atual conjuntura é marcada, portanto, por um retrocesso de direitos e pela destruição de conquistas dos trabalhadores para que se possa defender a hegemonia capitalista. Com isso, Iamamoto (2004) coloca que *“As conquistas sociais acumuladas são transformadas em “problemas ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados”* (p. 2). Dessa forma, o Estado se ausenta da responsabilidade de promover o “bem-estar social”, fazendo com que os próprios indivíduos e suas famílias sejam responsáveis pelo que antes, não eram. Além disso, para não estarem completamente desamparados, essa responsabilidade é também transferida para a filantropia e para o chamado “terceiro setor”, composto pela sociedade civil. Isso configura a despolitização da questão social. Conforme aponta Iamamoto (2009)

Essa tendência de deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre as quais os assistentes sociais (p. 22).

Esse fato tem relação direta com o trabalho do assistente social, haja vista que seu objeto de trabalho é a questão social. A partir do momento em que esse contexto neoliberal e conservador que promove a regressão de direitos e a sua não universalidade, com políticas públicas focalizadas e inoperantes que criminalizam e naturalizam a questão social, há, portanto, um aprofundamento da questão social. Para Iamamoto (2004),

O resultado tem sido uma ampla radicalização da concentração de renda, da propriedade e do poder, na contrapartida de um violento empobrecimento da população; uma ampliação brutal do desemprego e do subemprego; o desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda a sociedade (p. 4).

O tratamento para com a questão social e as políticas públicas expressam o caráter conservador do ideário neoliberal e traz lembranças da base profissional que se estabelecia antes do processo de renovação da profissão. Para lamamoto (2004),

Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a “questão social”, no Brasil, atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação (p. 18).

Com isso, faz-se necessário que o assistente social construa uma estratégia para compor a sua atuação, que seja

capaz de acumular forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que reduzam o fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais (lamamoto, 2004, p.5).

lamamoto (2004) coloca que, apesar do cenário desfavorável, há certos segmentos de assistentes sociais que têm buscado se comprometer efetivamente com os interesses públicos, priorizando a defesa dos direitos sociais e a garantia desses direitos para a população. Diz ainda que, esses profissionais devem se esquivar de uma “dupla armadilha” ao analisar a questão social. A primeira diz respeito à separação da questão social e de sua gênese, que, quando dissociadas, podem oferecer subsídio para uma análise que culpe os indivíduos e suas famílias, isentando o Estado de suas responsabilidades. A segunda demonstra o perigo de conferir à questão social um discurso genérico que desconsidere os movimentos e a dinâmica da vida, pois, dessa forma, não se tem capacidade para identificar as “novas roupagens” que vestem a “velha questão social”.

Não obstante, acredita-se que, na atualidade, o maior desafio para o enfrentamento da questão social, seja justamente estar inserido em um contexto social em que haja uma tensão tão grande entre a garantia dos direitos sociais e a mercantilização dos mesmos. Para que o profissional atue de forma consonante ao Projeto ético-político da profissão, nesse quadro, ele deve promover

ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Nesse sentido é fundamental estimular inserções sociais que conttenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública (lamamoto, p. 28, 2004).

Logo, lamamoto (2004) defende que é fundamental retomar o trabalho de base, que inclui educação, mobilização e organização popular, e que ficou em segundo plano com a diminuição dos movimentos sociais. Defende ainda que a participação em espaços públicos não deve ser encarada de forma predeterminada, pois pode resultar em e em práticas populistas e clientelistas. Em suma, o profissional deve se reinventar frente aos desafios postos para garantir o fortalecimento da classe trabalhadora.

Outrossim, uma outra adversidade que está posta para a profissão na contemporaneidade é o desmonte das universidades públicas. A partir do momento em que os orçamentos estatais destinados para uma educação superior de qualidade estão comprometidos, a existência e o propósito da universidade pública são colocados em xeque, já que se tornam submissos a uma lógica que preserva os interesses da classe dominante em detrimento dos interesses coletivos. Como afirma lamamoto (2021),

A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas.

Enfim, uma universidade plural e democrática, que forme cidadãos participantes e conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais; mas que zele por sua alta qualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados aos horizontes do amanhã. Para tanto, é necessário dotar a Universidade de recursos orçamentários estatais, que garantam o seu funcionamento (p. 432).

Todavia, esse conceito de universidade é incompatível com a política adotada pelos últimos governos brasileiros. Para lamamoto (2021), o ensino superior vem se adequando à financeirização da economia e sendo cada vez mais conivente com as lógicas empresariais. Como resultado, o desmonte do sistema público de ensino superior, que vigora através de cortes orçamentários, da precarização das condições de trabalho dos professores, e da falta de investimentos em infraestrutura, compromete a qualidade do ensino e culmina em cursos com um conteúdo defasado que promovem uma educação superficial. Isso possui um impacto não apenas econômico, mas também intelectual, social e cultural para o país.

Ainda, a autora destaca que, apesar de as universidades públicas oferecerem um ensino superior de maior qualidade do que as privadas, estas últimas são vistas

como mais eficientes e bem organizadas, devido à sua estrutura voltada para o mercado. A subordinação da educação à lógica neoliberal afeta a qualidade do ensino e, conseqüentemente, leva à desvalorização da docência, à precarização da pesquisa e à diminuição das atividades de extensão.

Nesse viés, a regulamentação do Ensino à Distância (EAD), para Iamamoto (2021), se explica a partir da mercantilização da educação, como foi exposto acima. Para ela, essa regulamentação faz parte do movimento de

deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo em que comprime o espaço público e amplia o espaço privado (p. 437).

No Serviço Social, a implementação do ensino a distância enfrentou resistência por parte da categoria profissional. Em 2010, o CFESS e a ABEPSS emitiram um documento que apontava a incompatibilidade entre o EAD e a formação em Serviço Social. O documento, com dados fornecidos pelos CRESS de todo o país, expôs os problemas dessa modalidade de ensino, como a adoção de conteúdos dissociados das Diretrizes Curriculares e da Lei 8662/93, os banalizando e simplificando, além de um estágio que não atendia à legislação profissional (Resolução CFESS 533/08). Também foi destacada a ausência de integração entre ensino, pesquisa e extensão, o assédio aos profissionais para que realizassem a supervisão de campo dos alunos, entre outros pontos. Em resumo, as informações fornecidas pelos CRESS e sistematizadas nos documentos citados oferecem elementos concretos suficientes para sustentar o posicionamento dos órgãos da categoria de que o ensino a distância é incompatível com a formação em Serviço Social.

Para a profissão, esse contexto impõe alguns contratempos. Iamamoto (2021) levanta a hipótese de que com a presença de cursos mais baratos, inevitavelmente, acarretará no aumento do contingente profissional. Com isso, pode-se enfrentar o desemprego, o pressionamento do piso salarial e a precarização das condições de trabalho. Cria-se, portanto, um exército assistencial de reserva que, segundo a autora,

Poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com mundo do trabalho (p. 440).

Ou seja, esse crescimento pode ser visto como uma estratégia para qualificar o voluntariado, promovendo a solidariedade como uma forma de mascarar as divisões de classe e a intensificação da exploração do trabalho.

Ademais, o perfil de um profissional formado nesses moldes se confronta com o perfil que se expressa no projeto de formação profissional crítico, expresso nas diretrizes curriculares. Porém, se adequa perfeitamente ao perfil de trabalhador almejado pelo mercado de trabalho, no sentido de atender às necessidades do mercado de trabalho. Segundo Guerra (2010), este trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, portador de valores imediatistas e individualistas, com competências e habilidades voltadas para o mercado. Esse profissional encontra morada em um contexto político marcado por políticas públicas que incentivam a assistencialização da pobreza e que são focalizadas, ao invés de serem políticas que promovem um processo real de redistribuição de renda e de universalização dos direitos sociais para toda a classe trabalhadora.

Em última instância, é primordial destacar que a crítica da autora não se deve ao fato da existência do EAD e nem se configura como uma negação da experiência de novas tecnologias no acesso à educação. A crítica, portanto, se dá a partir do entendimento do ensino à distância dentro do conjunto das diretrizes que orientam a reforma do ensino superior, já que o incentivo ao EAD tem como principal objetivo aumentar os lucros das empresas educacionais, colocando a rentabilidade acima da qualidade do ensino e da formação universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar o Serviço Social na história majoritariamente a partir das contribuições teóricas de Marilda lamamoto, compreendendo a sua trajetória enquanto profissão inserida na produção e na reprodução das relações sociais capitalistas. Assim, a pesquisa evidenciou que a trajetória do Serviço Social é marcada por transformações históricas e teóricas que refletem os diferentes momentos nos quais a profissão esteve inserida, e, portanto, pode-se inferir que é o movimento da história que constituiu a profissão e que esta está em constante construção, sendo influenciada pelas mudanças políticas, econômicas e sociais.

Além disso, ao revisitar o Serviço Social brasileiro na história e as principais contribuições de lamamoto, percebe-se a importância de compreender a profissão em sua totalidade, contextualizando-a na dinâmica social e econômica do capitalismo, como parte indissociável das relações sociais burguesas. Como visto, ao longo da história, devido aos acontecimentos que incidiram sobre a profissão, o Serviço Social deixou de ser caracterizado por um viés conservador e assistencialista e passou a atuar de forma crítica e comprometida com a classe trabalhadora, ampliando as suas bases teóricas e o debate acadêmico e consolidando um projeto ético-político comprometido com a perspectiva da emancipação humana. Essa transição foi possível graças à incorporação de uma perspectiva teórica fundamentada na teoria marxista e no materialismo histórico e dialético, que permitiu a análise das relações sociais de maneira ampliada e crítica.

Ademais, tem-se que nos dias atuais, a profissão enfrenta novos desafios, especialmente diante do avanço das políticas neoliberais, que promovem a precarização do trabalho e a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora. Esse contexto exige dos assistentes sociais um posicionamento crítico e uma atuação cada vez mais qualificada para enfrentar os desafios postos pela realidade contemporânea.

Outro ponto relevante a ser destacado é a necessidade da formação crítica e continuada dos assistentes sociais, sendo fundamental para garantir um exercício profissional qualificada e alinhada aos princípios éticos e políticos do Serviço Social. Para lamamoto (2019)

tem-se como horizonte a defesa de um projeto societário emancipado, comprometido com os interesses e os ideários dos trabalhadores, com a socialização da riqueza produzida pelo trabalho, a universalização dos direitos, e a preservação da natureza e os recursos naturais (p. 56).

Enfim, essa pesquisa reafirma a importância do Serviço Social como uma profissão que, apesar dos desafios, possui um papel fundamental na luta por direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária ao compreender as contradições impostas pelo sistema capitalista. Portanto, é essencial que a categoria profissional continue a fortalecer sua articulação política e acadêmica, garantindo que sua atuação esteja sempre alinhada aos princípios do projeto ético político da profissão.

Para um momento posterior, acredito que esse estudo possa fornecer as bases para se pesquisar e se aprofundar mais sobre a relação entre a categoria trabalho de Marx e a atividade profissional do assistente social, bem como sobre os novos desafios que serão futuramente impostos para a profissão devido a crescente do capitalismo e de vertentes pós-modernas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 10/03/2025

CARVALHO, David Ferreira. **O Movimento do Capital em Geral e a Dinâmica dos Capitais Plurais na Concorrência.** Papers do NAEA, UFPA, Belém-PA, v.150, p. 1-42, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008.**

Capítulo VI (inédito). **Manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I e Enquete operária.** Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo, Boitempo, 2022

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** *Serviço Social & Sociedade*, 104, 715-736, 2010.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo.** In: _____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-250.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** In M. I. S. Bravo (Org.), *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional* (pp. 101-136). São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O serviço social na cena contemporânea**. 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

_____. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. *Serviço Social & Sociedade*, (136), 2019, 439-461.

_____. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 62-85.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social** (9ª ed.). Cortez Editora, 2021.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Serviço social crítico: Teoria e prática**. São Paulo: Editora Papeis Sociais, 312 p, 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social**. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2011, p. 41-50.

_____. **A Renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa**. In: NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005, P. 31-190

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. **III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização**. In 30 Anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2009, P. 16 <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>

SILVA, T. R. **O processo de renovação do Serviço Social mediante a autocracia burguesa**. In II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, 2017.

VERDÈS-LEROUX. J. **Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.